

CASO PROCANA

Biocombustíveis e Direito à Terra em Moçambique

ProCana é a primeira empresa integrada, autorizada a produzir biocombustíveis a larga escala (220 Petajules de etanol por ano), para além de fertilizantes, electricidade e açúcar. É considerada pioneira em África no que tange à tal integração. A empresa com interesses Britânicos também financia um empreendimento no Brasil. US\$ 510 milhões serão investidos numa área de 30 000 ha de terra em Massingir (Gaza) para o cultivo de cana-de-açúcar e infra-estruturas para o processamento de etanol e electricidade a partir do bagaço. A intenção é que esta energia suplemente a produzida pela Cahora Bassa e possa ser exportada para países como a Suazilândia, Africa do Sul, Zimbabwe, Botswana e Malawi. A empresa pretende criar 7 000 postos de trabalho e, como muitos dos investimentos clamam, contribuir para a redução da pobreza absoluta no país. Este empreendimento está na fase de estabelecimento, tendo iniciado a instalação de viveiros.

O mesmo tem muito que se lhe diga em relação ao processo seguido para sua aprovação.

A Consulta comunitária para a obtenção do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) foi realizada, mas há indicações segundo as quais a comunidade não está a par das decisões tomadas com relação ao tratamento das suas preocupações. Membros de comunidades afectadas afirmaram, num encontro recentemente organizado pela JA e UNAC, sobre biocombustíveis, que o “acordo” sobre os limites não está a ser respeitado pela empresa. Por que a comunidade não coloca as suas preocupações ao Estado? Os Conselhos Consultivos estabelecidos no âmbito da descentralização constituem ou não espaço que a comunidade possa usa-lo para o efeito?

O empreendimento tomou metade da terra destinada ao reassentamento das comunidades afectadas pelo Parque Nacional do Limpopo. Isto veio atrasar ainda mais o processo de reassentamento que se arrasta há algum tempo e que afecta sobretudo as comunidades estabelecidas ao longo do rio Chinguezi, que têm registado perdas de vidas humanas devido ao conflito com a fauna bravia.

Este é um exemplo claro em que o Governo se contradiz a si próprio com relação à aplicação da legislação sobretudo de terras, para além do cometimento em prover o bem-estar das comunidades afectadas pelo PNL.

A estrutura do pessoal que trabalha na ProCana deixa antever interesses políticos na gestão da empresa. A localização das instalações da empresa junto das da autoridade administrativa do distrito levanta dúvidas sobre o grau de independência

de actuação, a capacidade de investimento desta empresa e, cria espaço para enfraquecimento da isenção que o governo deve demonstrar para uma fiscalização efectiva.

Em Outubro último, o Centro Terra Viva (CTV), na qualidade de membro do Fórum das ONG's que apoiam as comunidades do distrito de Massingir na área do desenvolvimento Sustentável, reuniu-se com representantes de cinco aldeias, nomeadamente Zulu, Banga, Tihovene, Chinhangane, Condzwane e Cubo.

Estes mostraram-se agastados com o que chamaram de usurpação de suas terras, pela ProCana. Sobre esta matéria, o representante da aldeia de Chinhangane disse e citamos: *“Elementos da ProCana chegaram na aldeia e reuniram-se com o nosso lidere, juntamente com alguns membros da comunidade. Estes informaram-nos que eles pediam terra para as suas actividades. Foram escolhidas algumas pessoas da comunidade para indicar a área onde eles podiam trabalhar e os respectivos limites. Hoje em dia, a ProCana não respeita os limites estabelecidos e está a abrir picadas que passam junto às nossas residências e destroem machambas semeadas de culturas diversas. Não recusamos que a ProCana se instale no nosso distrito, antes pelo contrário, queremos que ela nos ajude a sair da miséria que nos afecta. Porém, exigimos que esta empresa ocupe apenas as áreas que cedemos”.*

Perguntados sobre como é que as comunidades souberam da existência daquela empresa e do interesse que tem sobre as terras onde as populações estão fixadas, um, outro participante do encontro, representando a comunidade de Chinhangane, disse que a administradora do distrito de Massingir foi quem apresentou a ProCana à população da sua aldeia, num encontro onde anunciou que aquela empresa pretendia terra para trabalhar e criar emprego no distrito, tendo perguntado se o povo queria aquele investidor ou não.

Sublinhou que a população aceitou ceder uma parte da terra que não estava em uso àquela empresa, mantendo outras áreas para as suas actividades, que incluem a agricultura de subsistência e a pastorícia.

Quisemos saber se a comunidade tinha sido informada, com alguma antecedência, do tipo da actividade que a ProCana iria desenvolver em Massingir e sobre a área total que pretendia ocupar. A mesma fonte disse que a comunidade foi avisada com antecedência e teve tempo para seleccionar as áreas que mais tarde foram cedidas à ProCana. *“O que nos preocupa neste momento é o facto de a ProCana não respeitar os limites que estabelecemos no início,”* frisou.

O representante da aldeia de Zulu, disse ter acontecido o mesmo que em Chinhangane, em relação ao encontro entre o governo local, os representantes da ProCana e a comunidade, salientando que no momento em que alguns membros da população indicaram os limites da área dispensada àquela empresa, os seus representantes disseram que não eram aqueles, porque já os haviam identificado, quando sobrevoaram a zona. *“ Então quisemos saber, como é que delimitaram a área sem nos consultar, sabendo que a terra nos pertence? Pensamos que fossem considerar a nossa posição, depois que reclamamos, mas constatamos que não, pois abriram uma picada, a partir do local que consideraram ser o verdadeiro limite da sua área, dentro da nossa terra. A zona actualmente ocupada pela ProCana é onde cortamos estacas para a construção das nossas habitações. Por isso mesmo, em compensação pedimos que nos construíssem casas convencionais e abrissem valas de irrigação bem como fontes de abastecimento de água. Até ao momento não houve resposta a estas exigências e ninguém daquela se quis comprometer a satisfazê-las.*

Para o representante da aldeia de Banga, a informação dada à comunidade sobre o projecto PROCANA não foi suficiente. Ele afirma que a população da sua aldeia apenas foi dita, pela administradora do distrito, que a ProCana pretende plantar cana sacarina, sem mencionar a área na qual iria realizar esta actividade. *“ Não nos foi dito quantos hectares a ProCana pretende, apenas disseram-nos que queria terra e nós, em função das nossas necessidade, presentes e futuras, dispensamos algumas parcelas. Por outro lado, não tínhamos como negar, uma vez que os representantes daquela empresa vinham acompanhados pela senhora administradora, dando a entender que o governo já decidiu, por isso não valia a pena apresentar qualquer dificuldade, considerou.*

Adiantou que a população de Banga também pediu algumas compensações, pela cedência da terra, mas que a ProCana não assumiu qualquer compromisso.

Por seu turno, o representante da aldeia de Tihovene, onde se localiza a sede do distrito de Massingir disse que a maior parte das zonas produtivas da aldeia foram tomadas pela ProCana, sem o consentimento da população. *“ Dizem que irão transferir as nossas machambas para uma zona distante daqui. Fomos ver o local e constatamos que a área é muito pequena, para além de que foi parcelada na ausência das pessoas visadas. Enquanto isso as Bulldozers estão a destruir culturas de feijão e milho nas machambas, para dar lugar ao canavial”, lamentou.*

Os representantes das cinco aldeias forma unânimes em afirmar que a ProCana não respeitou os limites indicados pelas comunidades nas suas terras. Na sequência

desta afirmação, o CTV perguntou se, durante o processo da indicação das áreas que seriam cedidas à ProCana as comunidades foram assistidas por um técnico dos serviços de geografia e cadastro.

Respondendo a esta questão, o membro da comunidade de Condzwane disse que a população foi informada de que a posterior iria lá alguém, daqueles serviços, para em conjunto com os moradores da aldeia demarcar a zona, facto que não aconteceu.

“ Na data indicada fomos esperar por eles a partir das 9.00 horas e até as 12.00 não tinham aparecido, então desistimos. Quando a maioria se tinha retirado, apareceram e encontraram apenas um elemento e levaram-no de carro até ao local indicado pela ProCana como sendo limite da sua área. Ele não concordou, mas como estava sozinho não conseguiu evitar que os marcos fossem colocados conforme a indicação daquela empresa e em prejuízo da população”.

Por Lino Manuel

Jornalista Ambiental

Programa de Educação e Informação Ambiental

Centro Terra Viva

Maputo-Moçambique